



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 551812 - SP (2019/0373662-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : FABIO ROGERIO DONADON COSTA
ADVOGADO : FABIO ROGERIO DONADON COSTA - SP338153
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : YAGO FELIX DE ARAUJO (PRESO)
PACIENTE : RICARDO SILVERIO DA SILVA JUNIOR (PRESO)
CORRÉU : WASHINGTON FERRAZ CAIRES
CORRÉU : ARILSON FIDELIS DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. ABRANDAMENTO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. QUESTÕES DECIDIDAS NO HC N. 544.829/SP. PERDA DE OBJETO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO INDEFERIDO.

Habeas corpus prejudicado. Pedido de reconsideração indeferido.

DECISÃO

O presente *writ* foi impetrado em benefício de **Yago Felix de Araujo** e de **Ricardo Silverio da Silva Junior** contra ato coator do Tribunal de Justiça de São Paulo supostamente praticado na Apelação Criminal n. 1500218-71.2019.8.26.0168.

Busca-se, em síntese, o estabelecimento do regime inicial aberto para o cumprimento de pena, bem como a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos (fl. 18).

A liminar foi indeferida (fls. 112/114). Prestadas informações (fls. 120/227 e 230/280), o Ministério Público Federal, em parecer exarado às fls. 282/290, manifestou-se pela denegação da ordem.

Às fls. 294/300, o impetrante atravessa a petição protocolizada sob o n. 00160839/2020, requerendo a reconsideração da decisão que indeferiu a medida liminar. Informa que os réus estão em regime semiaberto. Considerando o atual momento de pandemia mundial, registra a necessidade de reavaliação das prisões provisórias dos pacientes, nos termos da Recomendação n. 62 do CNJ, de 17/3/2020, a qual estabelece medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Informa que a unidade penitenciária de Pacaembu adotou, com o Decreto n. 4.291, de 19/3/2020, medidas temporárias e emergenciais, com o objetivo de prevenção do contágio e disseminação do Covid-19. Por fim, requer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar (fls. 294/299).

É o relatório.

O presente *habeas corpus* deve ser julgado prejudicado.

Isso porque a questão aqui aduzida já foi objeto do HC n. 544.829/SP, impetrado em benefício dos ora pacientes, no qual a ordem foi concedida para fixar o regime semiaberto de cumprimento da pena. Confira-se a ementa do julgado:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. JULGAMENTO DA APELAÇÃO. REDUÇÃO DA PENA POR AFASTAMENTO DE CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL. ABRANDAMENTO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA AO SEMIABERTO.

Ordem concedida nos termos do dispositivo.

Transcrevo trechos do mencionado *decisum*:

[...] Verifica-se dos autos a existência de processos conexos: HC n. 517.491/SP, em que a liminar foi indeferida, e os pacientes pedem a revogação da prisão e o abrandamento do regime de cumprimento da pena; HC n. 525.202/SP, em que a liminar foi indeferida, e os pacientes requerem a revogação da prisão e apontam excesso de prazo; HC n. 525.454/SP, em que a liminar foi indeferida e outros corréus pedem a revogação da prisão; HC n. 542.537/SP, em que a liminar foi indeferida, e os pacientes alegam ilegalidade na dosimetria; RHC n. 121.905/SP, indeferida a liminar, e ambos os pacientes apontam ilegalidade na dosimetria e regime de cumprimento da pena e, por fim, o HC n. 551.812/SP, indeferida a liminar, também impetrado pelos pacientes e, da mesma forma, pedindo a redução da pena.

Como visto, a defesa dos pacientes já impetrou *writs*, HC n. 517.491/SP, HC n. 542.537/SP, HC n. 551.812/SP, e um recurso, RHC n. 121.905/SP, e em todos eles está sendo apontada ilegalidade no regime de cumprimento e alguns a respeito da dosimetria.

No entanto, o julgamento do recurso de apelação é bem recente, de dezembro/2019, e neste julgamento a pena final dos pacientes foi reduzida drasticamente: a de Yago Felix de Araújo, a 2 anos e 8 meses de reclusão, e 16 dias-multa; e a reprimenda de Ricardo Silverio, a 2 anos e 4 meses de reclusão, e 13 dias-multa, de modo que não prosperam mais aqui os fundamentos trazidos na sentença de primeiro grau.

O Julgador local fixou a pena-base para todos os acusados no piso mínimo, ante a inexistência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, uma vez que a conduta social reprovável foi afastada por inexistirem condenações transitadas em julgado. Na segunda fase, à exceção da menoridade para o corréu Arilson e o paciente Ricardo, não houve a incidência de agravantes ou outras atenuantes. Da mesma forma, ausentes causas de aumento ou diminuição da pena, na terceira fase. Na sentença, o Magistrado considerou o regime fechado em razão de circunstâncias judiciais tidas por negativas, como verificado a seguir (fls. 24/71):

Yago Felix de Araujo:

[...] Fixo o regime inicial fechado para cumprimento da pena nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º c.c. art. 59, ambos do Código Penal, diante da gravidade concreta das condutas e em observância aos critérios previstos no artigo 59 do Código Penal, pois as circunstâncias judiciais são desfavoráveis ao acusado, em razão da conduta social reprovável e as consequências do crime, as quais foram valoradas negativamente (inteligência do artigo 33, § 3º, CP). Na espécie, a forma extremamente organizada em que o réu e seus comparsas agiram, constituindo uma associação criminosa para a prática de furtos, e pelo fato de o acusado ser contumaz no cometimento de delito patrimonial, demonstram a sua periculosidade, além da alta reprovabilidade de suas condutas, de modo que o regime inicial

fechado se mostra o único adequado no caso em exame. [...]

Ricardo Silverio da Silva Junior

[...] Fixo o regime inicial fechado para cumprimento da pena nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º c.c. art. 59, ambos do Código Penal, diante da gravidade concreta das condutas e em observância aos critérios previstos no artigo 59 do Código Penal, pois as circunstâncias judiciais são desfavoráveis ao acusado, em razão da conduta social reprovável e as consequências do crime, as quais foram valoradas negativamente (inteligência do artigo 33, § 3º, CP). Na espécie, a forma extremamente organizada em que o réu e seus comparsas agiram, constituindo uma associação criminosa para a prática de furtos, e pelo fato de o acusado ser contumaz no cometimento de delito patrimonial, demonstram a sua periculosidade, além da alta reprovabilidade de suas condutas, de modo que o regime inicial fechado se mostra o único adequado no caso em exame.

[...] Considerando presentes os requisitos e fundamentos que levaram à conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva dos acusados, aos quais faço referência a fim de evitar repetições desnecessárias (fls. 98/100), bem como considerando que a necessidade da prisão cautelar foi realçada pelo decreto condenatório e regime de pena ora definidos, a fim de evitar a reiteração criminosa e garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal, MANTENHO a custódia cautelar dos réus, negando-lhes o direito de recorrer em liberdade.

[...]

Assim, inexistindo agora tal cenário fático, entendo que o regime de cumprimento da pena deverá ser abrandado para ambos os pacientes, porque a fundamentação apresentada no acórdão hostilizado, sobre a sua ousadia e destemor, ao praticarem delitos na cidade de São Paulo, não pode prevalecer para agravar o regime de cumprimento da pena ao fechado.

Assim, tendo as penas definitivas sido redimensionadas para 2 anos e 8 meses de reclusão, e 16 dias-multa, para Yago; e 2 anos e 4 meses de reclusão, e 13 dias-multa, para Ricardo; e também considerando o elevado valor do furto, valor aproximado de R\$ 111.944,00 (cento e onze mil, novecentos e quarenta e quatro reais), mostra-se razoável que seja fixado o regime semiaberto. [...]

No julgamento dos embargos de declaração, ficou ainda consignado:

[...] Na sentença, foi fixado o regime fechado, em razão da existência de circunstâncias judiciais negativas. Inexistindo agora tal cenário fático, correto o abrandamento do regime de cumprimento da pena ao semiaberto, além de ser inidônea a fundamentação do Julgador de que os embargantes agiram com ousadia e destemor ao praticarem delitos na cidade de São Paulo.

No entanto, considerando o elevado valor do furto, aproximado de R\$ 111.944,00 (cento e onze mil, novecentos e quarenta e quatro reais), não se mostra razoável que seja feita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tal como pedido pela defesa.

[...]

A referida decisão transitou em julgado em 18/2/2020.

Sendo assim, já apreciado o pedido manifestado no presente *writ*, por meio de pronunciamento definitivo desta Corte, torna-se prejudicado o seu julgamento, pela perda de objeto.

Em relação aos pedidos avulsos relacionados ao Covid-19, verifica-se que a irresignação da defesa não foi objeto de cognição pelo Magistrado de primeiro grau, autoridade a quem cabe a análise de tais pleitos, e tampouco pela Corte de origem, o que torna inviável a sua análise nesta sede, sob pena de incidir em indevida supressão de instância.

Ante o exposto, a teor do disposto nos arts. 38 da Lei n. 8.038/1990 e 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*. **Indefiro** o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator